

Nenhuma cambalhota a menos: compreensão da ginástica como conteúdo de direito das crianças e adolescentes

*No less somersault: understanding gymnastics as a rightful contente
for children and adolescents*

*No menos voltereta: entendiendo la gimnasia como un contenido de derecho
para niños y adolescentes*

Ingrid Stainki de Sá¹ 

Eduarda Vesfal Dutra¹ 

Patrícia Luiza Bremer Boaventura² 

Andrize Ramires Costa² 

RESUMO

Introdução: É notório que a ginástica, enquanto conteúdo das aulas de Educação Física (EF), perdeu espaço no ambiente escolar, tornando-se quase inexistente. A literatura nos mostra os desafios e dificuldades de abordagem das manifestações gímnicas na escola, ainda que exista o documento normatizador das aprendizagens na Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC promove a padronização dos conteúdos a serem trabalhados e a proposição de habilidades a serem adquiridas nas disciplinas escolares, dentre elas a EF. **Objetivo:** Dessa forma, essa investigação teórica tem como objetivo identificar e analisar o lugar da ginástica em documentos educacionais enquanto conteúdo de direito dos e das estudantes de Educação Física do Ensino Fundamental. **Metodologia:** A pesquisa se caracteriza como teórica e bibliográfica, de abordagem qualitativa e exploratória, possibilitando um maior aprofundamento sobre a temática a partir de documentos educacionais, em especial a BNCC. Utilizou-se de estudos acerca da ginástica, tratando-se desde sua origem, sua inserção no contexto escolar, assim como seus desdobramentos, documentos e problemáticas como um conteúdo das aulas de EF do Ensino Fundamental. **Resultados e discussão:** Pode-se constatar que os conteúdos da ginástica estão normatizados na BNCC e em documentos orientadores anteriores, sendo assim um direito dos e das discentes, contudo, nem sempre estiveram presentes nas aulas de EF de modo significativo e total. **Conclusão:** Compreende-se que a aplicabilidade de documentos educacionais pode tornar os conteúdos obrigatórios, entretanto, não garante as condições

¹ Universidade Federal de Pelotas. Escola Superior de Educação Física, Pelotas-RS, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Desportos, Florianópolis-SC, Brasil.

Correspondência:

Ingrid Stainki de Sá. Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, R. Luís de Camões, 625, Três Vendas, Pelotas - RS, CEP 96055-630. Email: ingridsdesa@hotmail.com

para a sua implementação, visto que o contexto social em que os estudantes, professores, professoras e a escola estão inseridos, interferem nas escolhas, no acesso e no desenvolvimento da ginástica na EF escolar.

Palavras-chave: Ginástica. Educação Física escolar. Documentos educacionais.

ABSTRACT

Introduction: It is clear that gymnastics, as a content of Physical Education (PE) classes, has lost space in the school environment, becoming almost non-existent. The literature shows us the challenges and difficulties in approaching gymnastic manifestations at school, even though there is a normative document for learning in Basic Education, the National Common Curricular Base (BNCC). The BNCC promotes the standardization of the contents to be worked on and the proposition of skills to be acquired in school subjects, including PE.

Objective: In this way, this theoretical investigation aims to identify and analyze the place of gymnastics in educational documents as a right content of Physical Education students in Elementary School. **Methodology:** The research is characterized as theoretical and bibliographical, with a qualitative and exploratory approach, allowing a greater depth on the theme from educational documents, in particular the BNCC. Studies about gymnastics were used, dealing with its origin, its insertion in the school context, as well as its developments, documents and problems as a content of PE classes in Elementary School. **Results and discussion:** It can be seen that the contents of gymnastics are standardized in the BNCC and in previous guiding documents, thus being a right of the students, however, they were not always present in PE classes in a significant and total way. **Conclusion:** It is understood that the applicability of educational documents can make the contents mandatory, however, it does not guarantee the conditions for its implementation, since the social context in which students, teachers and the school are inserted, interfere in the choices, in the access and development of gymnastics in school PE.

Keywords: Gymnastics. School physical education. Educational documents.

RESUMEN

Introducción: Es claro que la gimnasia, como contenido de las clases de Educación Física (EF), ha perdido espacio en el ámbito escolar, llegando a ser casi inexistente. La literatura nos muestra los desafíos y dificultades en el abordaje de las manifestaciones gimnásticas en la escuela, a pesar de que existe un documento normativo para el aprendizaje en la Educación Básica, la Base Nacional Común Curricular (BNCC). La BNCC promueve la estandarización de los contenidos a ser trabajados y la propuesta de competencias a ser adquiridas en las materias escolares, incluyendo la EF. **Objetivo:** De esa forma, esta investigación teórica tiene como objetivo identificar y analizar el lugar de la gimnasia en los documentos educativos como contenido del derecho de los estudiantes de EF en la Enseñanza Fundamental. **Metodología:** La investigación se caracteriza por ser teórica y bibliográfica, con abordaje cualitativo y exploratorio, permitiendo una mayor profundidad sobre el tema a partir de documentos educativos, en particular de la BNCC. Se utilizaron estudios sobre la gimnasia, abordando su origen, su inserción en el contexto escolar, así como sus desarrollos, documentos y problemas como contenido de las clases de EF en la Enseñanza Fundamental. **Resultados y discusión:** Se puede apreciar que los contenidos de la gimnasia están estandarizados en la BNCC y en documentos rectores anteriores, siendo así un derecho de los alumnos, sin embargo, no siempre estuvieron presentes en las clases de EF de forma significativa y total. **Conclusión:** Se entiende que la aplicabilidad de los documentos educativos puede volver obligatorios los contenidos, sin embargo, no garantiza las condiciones para su implementación, una vez que el contexto social en el que se insertan los estudiantes, los docentes y la escuela, interfiere en las elecciones, en el acceso y desarrollo de la gimnasia en la EF escolar.

Palabras Clave: Gimnasia. Educación física escolar. Documentos educativos.

INTRODUÇÃO

A ginástica se expandiu fortemente no século XIX, possibilitando assim um olhar científico para esta manifestação. Nesse contexto, se mostrou como um meio promissor para atender aos propósitos da Educação Física (EF) na época, já que foi sistematizada pelos princípios de regenerar a raça, desenvolver a moral e o sentimento patriótico. Esses propósitos foram estabelecidos e almejados pela sociedade burguesa que disseminava sua visão de corpo, sujeito e sociedade, baseado em um conceito higienista (SOARES, 1994).

Segundo Costa *et al.* (2016), a ginástica é uma prática desafiadora e diversificada, que para além de desenvolver habilidades específicas, trata-se de uma manifestação da cultura corporal que viabiliza a inserção social, a criatividade, o prazer e a criticidade; podendo desenvolver a formação social, cultural e política dos e das estudantes. Ainda, a ginástica é uma forma particular de exercitação que engloba diversas possibilidades e valiosas experiências corporais, enriquecedora da cultura corporal e contribui para a formação humana (SOARES; TAFFAREL; ESCOBAR, 1992; GAIO; GÓIS; BATISTA, 2010).

A ginástica na escola, para além de uma manifestação da cultura corporal e de movimento, é uma possibilidade rica, potente e singular, sem limitação de idade, desenvolve habilidades individuais e coletivas, e ainda, proporciona a experimentação e percepção do próprio corpo e de outros. No contexto escolar, experiências com manifestações gímnicas auxiliam também no desenvolvimento da expressão e comunicação corporal (PAOLIELLO, 2008; GAIO; GÓIS; BATISTA, 2010). Dessa forma, a ginástica na escola se apresenta como:

[...] um conteúdo de caráter formativo que propicia a vivência de atividades de movimentos de locomoção (correr, saltar, saltitar, rolar etc.), manipulação (lançar, pegar, quicar etc.), equilíbrio (girar, balançar, agachar etc.) e utiliza como procedimento metodológico vivências de formas variadas de movimentos (com e sem deslocamentos, em diferentes posições corporais, em direções diversas etc.), com ou sem uso de materiais auxiliares. (GAIO, GÓIS, BATISTA, 2010, p. 214).

Por décadas a ginástica esteve fortemente presente nas aulas de EF e os exercícios ginásticos desenvolvidos tinham caráter militar (SOARES, 1994; AYOUB, 2013). Entretanto, com o advento da EF desportiva generalizada e uma nova maneira de sistematizar seus conteúdos, em meados da década de 1940, aquele modelo de ginástica já não atendia aos objetivos determinados para a EF. A ginástica foi perdendo espaço como conteúdo das aulas de EF, seja pela visão desta prática a partir de seu caráter militarista, que não dialogava mais com as perspectivas do contexto escolar; pelo seu enfoque tecnicista, visto que a disseminação da ginástica espetáculo (de rendimento) não se mostrava possível a todos e todas; pela falta de experiência dos e das docentes de EF acerca das

diversas possibilidades das modalidades gímnicas; pela falta de estrutura e materiais presentes nas escolas; entre outros fatores que distanciaram o campo da ginástica da escola (AYOUB, 2013).

Nesse cenário de distanciamento da ginástica como conteúdo da EF escolar, os jogos e esportes ganharam mais presença dentro das aulas, e a ginástica, prática que um dia foi considerada sinônimo da EF, afastou-se da escola e tornou-se mais presente em clubes, academias e centros de treinamento (AYOUB, 2013; TOLEDO, 1999; MARINHO, 1981). Nesse contexto, Toledo (1999) identifica que a difusão da ginástica dentro da escola, desde 1890, teve um declínio de 80% para 30%, já fora da escola obteve um crescimento de 10% para 78%.

É possível notar que a ginástica, gradativamente, perdeu espaço no ambiente escolar, sendo substituída pelos jogos e esportes, assumindo um lugar de destaque fora da escola, como expõe Toledo (1999). Outros autores nos permitem refletir sobre o lugar da ginástica dentro das escolas e as dificuldades de inserir esse conteúdo nas aulas de EF escolar (COSTA *et al.*, 2016; AYOUB, 2013; PAOLIELLO, 2008; SCHIAVON; NISTA-PICCOLO, 2007), ainda que documentos orientadores e normativos da educação explicitem a necessidade de aplicação desse tema. Ao mesmo tempo, há um consenso na literatura quanto às potencialidades da ginástica quando tratada de forma pedagógica no contexto escolar, para além de fatores biológicos, mas também a própria expressão e comunicação corporal (GAIO; GÓIS; BATISTA, 2010).

A ginástica aqui defendida como um conteúdo a ser trabalhado na escola não é apenas uma proposição, mas sim uma norma, encontrada na própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), a qual orienta toda a Educação Básica brasileira. Assim, é constitucionalmente direito do aluno e da aluna aprender a unidade temática "ginástica" nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018). Dessa forma, este estudo tem como objetivo identificar e analisar o lugar da ginástica em documentos educacionais enquanto conteúdo de direito dos e das estudantes de Educação Física do Ensino Fundamental. Considerando que a ginástica deve se fazer existente, por caráter normativo, no currículo e nas aulas de EF, propomos trazer elementos de reflexão para pensarmos sobre a importância e a presença da ginástica no ambiente escolar.

Tratando-se sobre o ensino da ginástica no Brasil em documentos educacionais, este estudo busca, a partir de um diálogo crítico-reflexivo com a literatura, contribuir de forma a despertar um olhar mais crítico acerca dos conteúdos da EF, como estes vêm sendo trabalhados e como estes são normatizados, permitindo que professoras e professores, gestores e gestoras das escolas e futuros docentes tenham mais domínio da temática e compreensão do

contexto na qual está inserida, sabendo identificar o papel dos documentos de padronização das aprendizagens, assim como seus desfechos na Educação Básica.

PERCURSO METODOLÓGICO

Essa pesquisa se caracteriza como teórica e bibliográfica, que possibilita, por meio de um levantamento em materiais já existentes, como documentos, livros, artigos e trabalhos acadêmicos, compreender de forma ampla fatores determinantes do fenômeno estudado (VERGARA, 2000). Ainda, as pesquisas bibliográficas podem ter como exemplos mais característicos as investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema (GIL, 2002).

Para mais, o presente estudo se trata de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que tem por objetivo promover maior domínio e entendimento do problema evidenciado para torná-lo mais explícito, caminhando pelo aprimoramento de ideias ou descoberta de hipóteses (GIL, 2002).

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizaram-se documentos educacionais norteadores da Educação Básica e estudos que tratam do ensino da ginástica desde sua origem, inserção no contexto escolar, assim como, desdobramentos, documentos e problemáticas desta como um conteúdo das aulas de EF. Dentre as pesquisas que estudam a ginástica no ambiente escolar, optamos por realizar uma análise exploratória de trabalhos acadêmicos e científicos, publicados em base de dados nacionais, com o intuito de refletir sobre a presença dessa manifestação da cultural corporal na Educação Física brasileira.

Ademais, realizou-se uma leitura de documentos educacionais e a análise documental da Base Curricular Comum Nacional (BNCC) (BRASIL, 2018). A versão de 2018 possui 472 páginas e é apresentada por etapas: Educação Infantil e Educação Fundamental. A Educação Física encontra-se na etapa da Educação Fundamental, dividida entre Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais. São apresentadas as características da EF para o Ensino Fundamental, bem como as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades nas páginas 211 a 237.

A BNCC normatiza as aprendizagens para os e as estudantes da Educação Básica e aborda a ginástica como uma unidade temática a ser desenvolvida, por norma, nas aulas do componente curricular de EF. Evidencia-se, assim, a padronização dos conteúdos a serem trabalhados e a proposição de habilidades a serem adquiridas nas disciplinas escolares, dentre elas a Educação Física. No

documento, a ginástica encontra-se como uma manifestação da cultura corporal, a qual é objeto da EF escolar, ou seja, faz parte do conjunto de conhecimentos que devem ser estudados pela área do conhecimento EF.

Como parte da análise qualitativa, como sugere Gil (2002), houve a necessidade de redução dos dados, ou seja, foi feita uma seleção dos dados mais significativos para a análise do trabalho. Após a exploração do material, realizamos “a organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles” (GIL, 2022, p. 134) e chegamos nas seguintes categorias que fizeram parte das discussões envolvendo a ginástica: currículo, documentos educacionais, conteúdo de direito da EF escolar.

GINÁSTICA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

O desencadeamento de documentos de políticas educacionais nacionais ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990, elencadas por uma lógica de globalização e economia de mercado internacional difundidas fortemente pelo neoliberalismo. A elaboração dessas políticas está pautada, ao que parece, em solucionar problemas relacionados à qualidade de ensino e aprendizagem na educação pública. Assim, utiliza-se o discurso de que o investimento em educação deve objetivar uma qualidade padronizada, como forma de averiguar o desempenho e o nível de conhecimento desenvolvido nas instituições de ensino (SILVA, CANTARELLI, 2019), ou seja, inicia-se o processo de normalização de políticas educacionais como forma de definir réguas para as aprendizagens.

Os Parâmetros Curriculares da Educação (PCNs) foram lançados nos anos de 1997 - com referenciais para 1ª e 4ª séries - e, em 1998 - com referenciais para 5ª a 8ª séries. Propostos pelo Ministério da Educação e Desporto por meio da Secretaria de Ensino Fundamental, os PCNs contaram com a mobilização de pesquisadores, pesquisadoras e docentes para a elaboração de documentos com o objetivo de auxiliar na construção dos currículos de estados e municípios, comunicando-se com as propostas e experiências já existentes, incentivando a discussão e a elaboração de projetos educativos e servindo como material de reflexão para a prática de professores e professoras (DARIDO *et al.*, 2001).

Dessa forma, os PCNs apresentam proposições para o ensino dos conteúdos da cultura corporal incorporados pela EF, sendo estes: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta. Tratando da ginástica, especificamente, o documento aborda as manifestações gímnicas como técnicas de trabalho corporal, na maioria das vezes de caráter individualizado com diversos fins. Ou seja, pode ser utilizada como preparação para outras modalidades, como

atividade de relaxamento, para manutenção da saúde, de forma recreativa, competitiva e de interação social. Pode ser livre quanto à utilização ou não de aparelhos fixos e/ou portáteis e quanto ao espaço da prática, pode ser realizada nos mais diversos locais (BRASIL, 1997).

De acordo com os PCNs, o ensino da ginástica na EF escolar visa, para além de outras habilidades, possibilitar ao aluno desenvolver disposição para adaptar regras, materiais e espaços visando à inclusão; a compreensão dos aspectos históricos e sociais da ginástica; aquisição e aperfeiçoamento de habilidades específicas; o entendimento das diferentes técnicas ginásticas relacionadas a seus contextos e objetivos; e predisposição para participar em atividades que envolvam a modalidade. De acordo com Macedo (2014), os PCNs ocorreram como um ensaio de um documento curricular normativo. Ainda que o mesmo regulamente o currículo educacional brasileiro, os PCNs se apresentaram como referências nacionais comuns, por contraposições da comunidade acadêmica e por falta de força política não se efetivou como lei. Diferindo-se assim da BNCC, que é atualmente o documento normativo da Educação Básica com sua versão final publicada em 2018.

A BNCC expressa a busca por maior igualdade educacional por meio da definição de um conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para todos(as) estudantes ao longo da Educação Básica, de forma que sejam assegurados todos os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento; baseando-se assim, em princípios éticos, políticos e estéticos, com vista a formação integral e a elaboração de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Para além disso, a BNCC busca, em teoria, suprir a fragmentação das políticas educacionais, estabelecendo diretrizes comuns para todos(as) os(as) estudantes (BRASIL, 2018).

O documento expressa as diferentes manifestações gímnicas como conteúdo de desenvolvimento obrigatório no Ensino Fundamental, propondo práticas com formas de organização e significados muito diferentes (BRASIL, 2018). Na Unidade Temática de ginásticas os objetos de conhecimento trabalhados são: (a) ginástica geral; (b) ginásticas de condicionamento físico; e (c) ginásticas de conscientização corporal.

A ginástica geral conhecida por ginástica para todos é denominada também de ginástica básica, de demonstração, acrobacias, entre outras:

[...] reúne as práticas corporais que têm como elemento organizador a exploração das possibilidades acrobáticas e expressivas do corpo, a interação social, o compartilhamento do aprendizado e a não competitividade. Podem ser constituídas de exercícios no solo, no ar (saltos), em aparelhos (trapézio, corda, fita elástica), de maneira individual ou coletiva, e combinam um conjunto bem variado de piruetas, rolamentos, paradas de mão,

pontes, pirâmides humanas, etc. Integram também essa prática os denominados jogos de malabar ou malabarismo (BRASIL, 2018, p. 215).

As ginásticas de condicionamento físico se caracterizam pela:

[...] exercitação corporal orientada à melhoria do rendimento, à aquisição e à manutenção da condição física individual ou à modificação da composição corporal. Geralmente, são organizadas em sessões planejadas de movimentos repetidos, com frequência e intensidade definidas. Podem ser orientadas de acordo com uma população específica, como a ginástica para gestantes, ou atreladas a situações ambientais determinadas, como a ginástica laboral (BRASIL, 2018, p. 215).

As ginásticas de conscientização corporal também são denominadas de diferentes formas, como alternativas, introjetivas, introspectivas ou suaves:

[...] reúnem práticas que empregam movimentos suaves e lentos, tal como a recorrência a posturas ou à conscientização de exercícios respiratórios, voltados para a obtenção de uma melhor percepção sobre o próprio corpo. Algumas dessas práticas que constituem esse grupo têm origem em práticas corporais milenares da cultura oriental (BRASIL, 2018, p. 216).

A BNCC classifica como objetos de conhecimento das ginásticas as práticas não competitivas. As modalidades de competição regidas pela Federação Internacional de Ginástica (FIG) não são expostas na área temática de ginásticas, porque as mesmas se fazem presentes na área temática de Esportes, mais especificamente no objeto de conhecimento "esportes técnicos-combinatórios" por considerar que essas modalidades são centradas na comparação de desempenho e determinadas por certos padrões ou critérios técnicos. Ou seja, as modalidades de ginástica artística, aeróbica esportiva, acrobática, rítmica e de trampolim, por conta de sua lógica interna, devem ser desenvolvidas juntamente com os outros esportes dessa classificação (BRASIL, 2018).

A seguir, na Figura 1 e Figura 2, serão apresentadas as unidades temáticas e os objetos de conhecimento da Educação Física nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Nas figuras, é possível verificar a presença da ginástica como uma unidade temática e os seus objetivos de conhecimento divididos em: ginástica geral nos anos iniciais, ginástica de condicionamento físico e de conscientização corporal nos anos finais.

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
	1º E 2º ANOS	3º AO 5º ANO
Brincadeiras e Jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão	Esportes de campo e taco Esportes de rede/parede Esportes de invasão
Ginásticas	Ginástica geral	Ginástica geral
Danças	Danças do contexto comunitário e regional	Danças do Brasil e do mundo Danças de matriz indígena e africana
Lutas		Lutas do contexto comunitário e regional Lutas de matriz indígena e africana
Práticas corporais de aventura		

Figura 1 – Objetos de conhecimento - Anos Iniciais. Fonte: BNCC (BRASIL, 2018, p. 223).

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	
	6º E 7º ANOS	8º E 9º ANOS
Brincadeiras e jogos	Jogos eletrônicos	
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão Esportes de invasão Esportes técnico-combinatórios	Esportes de rede/parede Esportes de campo e taco Esportes de invasão Esportes de combate
Ginásticas	Ginástica de condicionamento físico	Ginástica de condicionamento físico Ginástica de conscientização corporal
Danças	Danças urbanas	Danças de salão
Lutas	Lutas do Brasil	Lutas do mundo
Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura urbanas	Práticas corporais de aventura na natureza

Figura 2 – Objetos de conhecimento - Anos Finais. Fonte: BNCC (BRASIL, 2018, p. 229).

Observa-se que a ginástica está presente na BNCC como uma unidade temática, contudo não é contemplada em sua complexidade ao não mencionar a ginástica de competição. As modalidades gímnicas competitivas não são

abordadas dentro da unidade temática ginástica e sim dentro dos esportes, o que pode produzir uma compreensão insuficiente do campo da ginástica. Há estudos que mostram a complexidade de modalidades esportivas, como é o caso da ginástica rítmica, e como a mesma pode permitir a compreensão da ginástica como uma manifestação cultural, esportiva e artística (LOURENÇO, 2013; BOAVENTURA, 2016). Logo, é importante que os(as) docentes e discentes de EF realizem uma leitura aprofundada da BNCC para o entendimento das manifestações gímnicas, sejam elas competitivas ou não, e em qual das fases e blocos de aprendizagem devem ser abordadas, tendo em vista que a BNCC padroniza os conteúdos pelas etapas de ensino. Se uma das manifestações ginásticas não for abordada corretamente na sua fase de ensino, o(a) aluno(a) da Educação Básica pode passar pela sua vida escolar sem conhecê-la, já que esta pode não ser citada novamente pelo documento.

GINÁSTICA ESCOLAR E SEUS DESDOBRAMENTOS EDUCACIONAIS

Estudos contribuem para esclarecer dúvidas e contradições acerca de como e quando a ginástica vem sendo desenvolvida nas aulas de EF escolar. Como a pesquisa de Costa *et al.* (2016), realizada com quatorze professores e professoras de Educação Física da Rede Municipal de Belém - PA, verificou que apenas três docentes de EF afirmaram trabalhar com a ginástica como conteúdo de suas aulas. Ao expor como desenvolviam pedagogicamente o conteúdo, tornou-se perceptível que estes não abrangiam a multiplicidade das manifestações gímnicas. Ainda que parte dos(das) docentes assumisse aplicar as manifestações gímnicas em suas aulas, os mesmos não a contemplavam em sua totalidade, aplicando os conteúdos de forma rasa, muitas vezes como preparação para a parte principal da aula.

Outros estudos demonstram que a ginástica está presente nas aulas de EF, contudo, precisa ser resignificada, mesmo com a divulgação da BNCC (HEINEN, 2022; COSTA; GOMES, 2020). Segundo Heinen (2022), os sentidos e significados atribuídos pelos(as) professores(as) investigados(as) na pesquisa “não foram suficientes para garantir um trato pedagógico com as ginásticas de forma ampliada e que se aproxime das propostas veiculadas pela literatura ginástica” (p. 66). No trabalho de Costa e Gomes (2020), o qual investigou especificamente sobre a percepção dos estudantes do curso de EF Licenciatura sobre a ginástica para todos na BNCC, as autoras averiguaram que 82,2% dos estudantes da disciplina de estágio curricular supervisionado ministravam ou pretendiam ministrar em suas aulas modalidades esportivas coletivas, como: basquete, vôlei, handebol e futsal; enquanto apenas 11,1% dos graduandos(as) relataram a ginástica para todos como opção de trabalho, evidenciando que a mesma tem uma presença menor nas aulas de EF se comparada com outros esportes.

A ginástica, muitas vezes, é desenvolvida de maneira incompleta ao não ser compreendida em sua totalidade como um conteúdo complexo e amplo da EF, mas sim como exercícios preparatórios, esportivizados, de alongamento ou aquecimento para as aulas (AYOUB, 2013; COSTA, *et al.* 2016). Torna-se visível a privação ao acesso deste conteúdo de forma plena e de direito assegurado às crianças. Logo, se percebe que o direito de aprendizagem dos(as) alunos(as) não está garantido, já que os mesmos não possuem a devida aproximação e aprofundamento a esse conhecimento. Considerando que a ginástica deve se fazer existente, por caráter normativo, no currículo e nas aulas de EF, por quais motivos isso não se efetiva?

Essa ausência pode estar relacionada a diversos fatores, entre eles: os(as) professores(as) não possuem conhecimento e capacitação adequada e suficiente para desenvolver os conteúdos (COSTA *et al.*, 2016), a percepção da ginástica como uma prática militarista e com enfoque tecnicista, a visualização da ginástica como uma modalidade de alto rendimento e não como uma prática a ser desenvolvida na escola, a falta de experiência dos e das docentes de EF acerca das diversas possibilidades das modalidades gímnicas; a falta de estrutura e materiais presentes nas escolas (AYOUB, 2013). Conforme Costa *et al.* (2016), 71% dos estagiários investigados relataram conhecer as modalidades gímnicas, sendo que 61,3% destes não tinham conhecimento de uma definição aproximada em documentos educacionais.

Nesta direção, os documentos e políticas educacionais normatizam, mas não garantem, os direitos de aprendizagem dos(das) estudantes. Como aponta Macedo (2014), os direitos só podem ser assegurados se as reformas educativas conduzirem para mudanças estruturais profundas, o que sugere um maior investimento financeiro direcionado à educação. Assim, entende-se que o direito não é tudo, mas pode ser a condição de tudo que é vivido pela sociedade como algo que se incorpora e se integra na sua maneira de conduzir-se (REALE, 2004, p. 119). Para o autor, "a regra de direito deve, por conseguinte, ser formalmente válida e socialmente eficaz". Não é a vida, mas é a garantia precípua da vida do homem em sociedade. Dentro disso, encontra-se os direitos sociais, que se referem às possibilidades de todos os cidadãos e todas as cidadãs terem condições mínimas de bem-estar, conforme os padrões de determinada sociedade (MARSHALL, 1967; SAVIANI, 2013).

A educação é reconhecida como um direito social, mas para além de se constituir nesta classificação, a mesma se apresenta como condição necessária para o exercício de todos os direitos, sendo estes civis, políticos, sociais, econômicos ou de qualquer outra natureza (SAVIANI, 2013). Educação é um direito assegurado pela Constituição da República Federativa Brasileira, segundo o Artigo 6º do capítulo II, que trata dos direitos sociais: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a

segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Em complemento, o Artigo 205 do capítulo III, da educação, da cultura e do desporto, seção I da Educação, da Constituição traz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

É válido ressaltar que no Artigo 210 da mesma sessão e do mesmo capítulo citado anteriormente, está presente o estabelecimento de conteúdos mínimos a serem aprendidos por todos(as) os(as) estudantes durante a etapa do Ensino Fundamental, como forma de assegurar uma formação básica comum e com respeito aos valores culturais e artísticos. Dessa forma, podemos notar que se apresenta como um direito social e um dever do Estado a proposição e definição dos conteúdos mínimos “de direito” para todos os e as estudantes da Educação Básica.

Corroborando com Novaes, Triani e Telles (2020), não se deve afirmar que os direitos de aprendizagem estão assegurados com a publicação de um documento, pois essas aprendizagens são transformadas em bens a serem adquiridos, e a educação em um produto a ser “consumido”. Dentro disso, a educação pode ser tanto um instrumento de reprodução das desigualdades sociais existentes na sociedade ou uma possibilidade de rompimento das mesmas. Uma educação como prática de transformação e liberdade propõe uma tomada de consciência, para que todo aprendizado se encontre “intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando” (FREIRE, 2019, p. 5). Dessa forma, o Estado assume a posição de “cumprir sua função” garantindo o ensino dessas aprendizagens “essenciais” e a responsabilidade pela aprendizagem recai sobre as escolas professores, professoras, alunos e alunas.

Esse discurso neoliberal incidente na BNCC, assim como nas políticas educacionais brasileiras, ganhou força em meados das décadas de 1980 e 1990, utilizando como pauta a necessidade e importância de uma reforma educacional para o desenvolvimento nacional e global, elencando propostas que, em tese, iriam solucionar os problemas da educação pública, alcançando uma qualidade padronizada.

Nessa perspectiva, as políticas educacionais passaram a corresponder a uma lógica de mercado internacional, definindo uma padronização e unificação de aprendizagens, visando um desempenho a ser comparado entre escolas, municípios, estados e países (SILVA; CANTARELLI, 2019; NOVAES; TRIANI; TELLES; 2020). Cabe ressaltar que a BNCC teve como apoio para sua elaboração e implementação setores do governo, instituições e fundações não

governamentais que reforçaram a importância de uma base, visto a excelência de outras nações como exemplo. A utilização de um currículo unificado como a BNCC emerge de um contexto que privilegia os interesses econômicos, promove o gerenciamento das escolas e a responsabilização do(a) professor(a) pelos resultados em programas de avaliação em larga escala, reforçando as noções de meritocracia, desempenho e competitividade (SILVA; CANTARELLI, 2019; NOVAES; TRIANI; TELLES; 2020). Nesta lógica, segundo os autores, os estudantes deixam de ser indivíduos com suas particularidades, inseridos em um contexto social e que possuem direito à educação, e passam a ser seres massificados.

GINÁSTICA COMO CONTEÚDO DE DIREITO

O direito de aprendizagem dos e das estudantes não está garantido, já que os mesmos podem não possuir o contato aos conhecimentos ginásticos na EF escolar em sua forma ampla e complexa (HEINEN, 2022; COSTA; GOMES, 2020; COSTA *et al.* 2016). Segundo Arendt (2011), é impossível isolar completamente o elemento universal das circunstâncias concretas em que um problema aparece e, por conta disso, trazemos alguns questionamentos que permeiam a educação enquanto direito civil inalienável, porém questionável em sua operacionalização: o Estado estabelecer, por meio da BNCC, a normatividade das diferentes manifestações gímnicas no currículo da EF escolar é suficiente para que estes direitos de aprendizagem, assim como as outras práticas corporais, de fato sejam assegurados aos estudantes da Educação Básica? E, ainda, como é possível ter certeza de que os estudantes da Educação Básica estão tendo acesso ao conteúdo de forma efetiva? Se a aprendizagem das mais diversas práticas corporais está de fato garantida? Os conhecimentos dos professores(as) são suficientes para o ensino desses conteúdos? Os estudantes conseguem aprender tudo aquilo que lhes é proposto? Quais ferramentas medem todas essas questões, para de fato avaliarmos como os conteúdos da EF escolar estão sendo apresentados aos (às) estudantes?

Os escolares do Ensino Fundamental, assim como os de todas as etapas, são seres sociais e políticos que possuem direito de acesso ao conhecimento, sendo assim é um dever dos adultos - e conseqüentemente da escola - assegurar estes direitos e apresentar o mundo para as crianças e jovens (ARENDRT, 2011). De tal maneira, a presença da ginástica na escola se manifesta como um fator político, fato que, para a maioria dos(as) estudantes do Ensino Fundamental da Educação Básica, é nas aulas de EF a única oportunidade obrigatória de conhecer, experimentar e vivenciar esta prática corporal de maneira pública, democrática e com qualidade.

Ademais, Daolio (1996) alega que a EF, como uma área do conhecimento

responsável por estudar as práticas corporais, deve buscar a pluralidade, abarcando todas as manifestações da cultura corporal e, ainda, atingindo todos os estudantes, tratando assim, os elementos da cultura corporal como conhecimentos que por direito devem ser sistematizados e reconstruídos pelos(as) escolares. Dessa forma, a EF na escola tem como importante papel democratizar o acesso às práticas corporais, incluindo todos os campos de atuação da ginástica (SOUZA, 1997), assegurando-as como um conhecimento a ser desbravado por todo e qualquer estudante da Educação Básica.

Com referência no modelo apresentado por Souza (1997), propõe-se a figura 3 com as modalidades presentes nos campos de atuação da ginástica, que servem de orientação para organizar os conteúdos a serem ministrados nas aulas de EF escolar:



Figura 3 – Campos de atuação da ginástica. Fonte: Ginástica geral (SOUZA, 1997, p. 26).

Democratizar o ensino da ginástica e suas possibilidades na escola, para além de garantir os seus conteúdos nas aulas, proporcionará ao aluno a vivência teórica e prática desta temática, de forma a construir uma aprendizagem crítica, tendo em vista a escola como um lugar de socialização e de múltiplas culturas. O ensino da ginástica deve considerar as diferentes vozes que compõem uma turma, transformando as aulas em um espaço de experimentações, compartilhamentos e diferenças (TOLEDO; SILVA, 2012), possibilitando a aquisição e democratização deste tema.

Salienta-se que a ginástica fora da EF escolar, desenvolvida em instituições

públicas e/ou privadas por meio de projetos de extensão em escolas e universidades e outras ações municipais, estaduais e nacionais, pode se transformar em uma ginástica elitista, já que pode ser necessário um investimento financeiro para conhecer e aprender as práticas gímnicas, suas representações e modalidades. Percebe-se uma expansão da oferta de modalidades ginásticas, principalmente esportivas e de condicionamento físico, fora do currículo escolar, restringindo, prioritariamente, a contextos privados. Atentando-se a essa realidade do país, de crise em diversos âmbitos e de profunda desigualdade social, o poder de pagar para praticar a ginástica se limita a uma parcela da população que corresponde à minoria da população brasileira. Quaresma (2015) retrata que as atividades extracurriculares são parte integrante da rotina de escolares de classes dominantes, vistas como essenciais para a experiência escolar.

Apesar disso, é dever de todas as escolas, independentemente de serem públicas ou privadas, assegurar a aprendizagem deste conteúdo nas aulas de EF (e não fora dela, como uma atividade extracurricular). Assim, como todos os conteúdos de outros componentes da grade curricular, o acesso a essas diversas manifestações é direito de todos e todas.

Vale questionar o que seria, então, uma ginástica de direito na EF escolar, considerando a diversidade e as ricas possibilidades dessa manifestação na escola. Faz-se necessário que os(as) estudantes da Educação Básica tenham conhecimentos e vivências referentes às modalidades gímnicas, desenvolvendo autonomia para criar, experimentar e internalizar os fundamentos básicos da ginástica. De acordo com o Soares *et al.* (1992) e Schiavon (2003) são considerados os princípios fundamentais da prática ginástica: saltar, equilibrar, rolar/girar, trepar e balançar/embalar; este conteúdo deve ser oportunizado de forma igualitária para todos(as) os(as) estudantes, ressaltando os aspectos inclusivos, sem enfoque no desenvolvimento de uma técnica específica (BOAVENTURA, 2014). Uma ginástica de direito é uma ginástica democratizada, possível a todos e todas, presente no cotidiano dos(das) estudantes, porque o lugar da ginástica na escola é nas aulas de EF como um conteúdo a ser desbravado.

Dessa maneira, podemos reconhecer a BNCC como um documento que tem por objetivo promover uma padronização nos conteúdos a serem trabalhados na Educação Básica em todo o país. Entretanto, a homogeneização dos conteúdos da EF, tratando aqui em específico da ginástica, pode não considerar a realidade escolar, os inúmeros grupos sociais e identidades culturais que a compõem. Logo, propor um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas, descontextualizadas das questões sociais e culturais que cercam as escolas, professores, professoras e estudantes, corrobora para que as dificuldades educacionais se mantenham. É válido mencionar a importância da BNCC abranger e ampliar o campo da ginástica nas suas proposições, a proposta não é

excluir o documento, mas junto com ele compreender as questões que impactam no desenvolvimento efetivo dos conteúdos na busca por uma formação completa e emancipada dos(as) alunos(as).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ginástica, considerada sinônimo de EF nas décadas de 1900, passou por diferentes realidades no ambiente escolar. Atualmente, pode-se dizer que está presente nas aulas da EF escolar, mas ainda não é compreendida em sua totalidade de modo significativo. Muitas vezes é considerada como exercícios preparatórios, esportivizados, técnicos, de alongamento ou aquecimento para as aulas de EF. Com isso, percebeu-se que o direito de aprendizagem dos(as) estudantes não está garantido, já que os mesmos não possuem contato aos conhecimentos ginásticos de forma ampla e complexa. Esse cenário nos trouxe alguns questionamentos que tentamos refletir nesse trabalho, tais como: “Por que será que a ginástica raramente faz parte, de maneira contínua e sistematizada, dos conteúdos ministrados na EF escolar?”; “Qual seria a contribuição da ginástica para o aprendizado das crianças e adolescentes do Ensino Fundamental?”; Considerando que a ginástica deve se fazer existente, por caráter normativo, no currículo e nas aulas de EF, por quais motivos isso não se efetiva?

Sendo a ginástica uma manifestação da cultura corporal dentro do componente curricular EF, deve ser um dos conteúdos da EF escolar. Para que o ensino da ginástica na escola possa ser levado a sério como um compromisso social, é necessário ampliar a sua visão e as vivências corporais do(a) educando, possibilitando torná-lo um sujeito criador-pensante de uma linguagem que seja transformadora. Assim, a ginástica deve ser encarada de maneira ampla, como uma forma de conhecimento, como uma possibilidade de educação e um direito do ser social.

Segundo o que normatiza a BNCC para o Ensino Fundamental, documento que promove a padronização dos conteúdos a serem trabalhados e a proposição de habilidades a serem adquiridas, a ginástica divide-se em ginástica geral para os anos iniciais, e em ginástica de condicionamento físico e de conscientização corporal para os anos finais, excluindo as modalidades competitivas como ginástica artística, aeróbica esportiva, acrobática, rítmica e de trampolim, por conta de sua lógica interna. Estas modalidades, segundo a BNCC, deveriam ser desenvolvidas juntamente com os outros esportes centrados na comparação de desempenho e determinados por certos padrões ou critérios técnicos (BRASIL, 2018).

A BNCC desconsidera a multiplicidade do campo de conhecimento da ginástica e, para além do que preconiza esse documento, entende-se que o

universo da ginástica deve envolver os seus diferentes campos de atuação, como: de condicionamento físico, de competição, fisioterápico, de conscientização corporal; de demonstração (SOUZA, 1997). Essas diferentes manifestações, incluindo as modalidades competitivas, fazem parte os conteúdos da ginástica e, quando organizadas pedagogicamente e metodologicamente de forma crítica e contextualizada pelo(a) professor(a), podem estabelecer relações com o próprio corpo e de outros, com o ambiente, com o espaço, possibilitando um significado de ser e estar no mundo enquanto sujeito. Além de favorecer o pensamento crítico e estimular a participação na sociedade em que se vive, a ginástica, em seus diferentes campos e áreas, permite uma reflexão da sociedade a partir de suas relações com a mídia, saúde, gênero etc., incluindo modos de experimentar, criar e ressignificar o corpo (BOAVENTURA, 2014).

Conclui-se que não foi a intenção deste trabalho negar a existência ou não do direito a outras práticas, mas mostrar que por muitas vezes esse direito acaba por ser negado. Além disso, é importante mencionar que este estudo não objetivou desqualificar os documentos normativos da Educação Básica, mas propor reflexões para a prática pedagógica e para compreender os limites da organização e sistematização da ginástica nesses documentos. Entendeu-se, assim, que a BNCC e demais documentos orientadores da educação são importantes como questão política, na tentativa de solucionar e superar os problemas de desigualdade da educação, e para legitimar a área da EF e o ensino da ginástica

Compreendeu-se, assim, que documentos educacionais podem ser ineficientes em suas proposições, já que estabelecer a obrigatoriedade dos conteúdos não garante as condições necessárias para a sua implementação, visto que o contexto social em que os estudantes, professores, professoras e a escola estão inseridos se faz importante para a efetivação das ideias e propostas, e interfere nas escolhas, no acesso e no desenvolvimento da ginástica na EF escolar.

NOTAS

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse, incluindo interesses financeiros específicos e relacionamentos e afiliações relevantes ao tema ou materiais discutidos no manuscrito.

AUTORIA E COAUTORIA

Os autores declaram que participaram de forma significativa na construção e formação desde estudo, tendo, enquanto autor, responsabilidade pública pelo conteúdo

deste, pois, contribuíram diretamente para o conteúdo intelectual deste trabalho e satisfazem as exigências de autoria.

Ingrid Stainki de Sá - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Eduarda Vesfal Dutra - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Patrícia Luiza Bremer Boaventura - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Andrize Ramires Costa - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A crise na educação*. In: ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- AYOUB, Eliana. *Ginástica geral e educação física escolar*. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.
- BOAVENTURA, Patrícia. Possibilidades de transformação da ginástica rítmica em esporte-conteúdo nas aulas de Educação Física escolar. *Cadernos de Formação RBCE*, p. 45-55, mar. 2014.
- BOAVENTURA, Patrícia. *Técnica, estética, educação: os usos do corpo na ginástica rítmica*. Florianópolis, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- COSTA, Andrize Ramires; MACÍAS, Céres Cemírames de Carvalho; FARO, Carmen Lilia da Cunha; MATTOS; Lucília. Ginástica na escola: Por onde ela anda professor? *Conexões*, Campinas, SP v. 14 n. 4 p. 76-96 out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/conex.v14i4.8648071>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- COSTA, Andrize Ramires; GOMES, Catarina Polino. Ginástica geral na BNCC: percepção de alunos de licenciatura em educação física. *Corpoconsciência*, v. 24, n. 1, p. 142-152, jan./ abr., 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/9903>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- DARIDO, Suraya Cristina et al. A educação física, a formação do cidadão e os parâmetros curriculares nacionais. *Revista Paulista de Educação Física*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5904.rpef.2001.139482>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- DAOLIO, Jocimar. Educação física escolar: em busca da pluralidade. *Revista Paulista de Educação Física*, p. 40-42, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 53. ed. Rio de Janeiro. Paz e terra. 2019.

GAIO, Roberta; GOIS, Ana Angélica; BATISTA, José Carlos Freitas. *A ginástica em questão: corpo e movimento*. São Paulo, Phorte, 2010.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEINEN, Eduarda Heydt. *Sentidos e significados dos conhecimentos Ginásticos: relatos de professores de Educação Física escolar*. 2022. 78 f. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

LOURENÇO, Márcia. *Ginástica Rítmica no Brasil: a (r)evolução de um esporte*. 2003. 183p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2003.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NOVAES, Renato Cavalcanti; TRIANI, Felipe da Silva; TELLES, Silvio de Cássio Costa. A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular: Desconstruindo o discurso neoliberal. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 10, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2373>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PAOLIELLO, Elizabeth. *Ginástica geral: experiências e reflexões*. São Paulo: Phorte, 2008.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27. ed. Editora Saraiva. 2004.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 36. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. *Educação & Sociedade*, v. 34, p. 743-760, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000300006>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SCHIAVON, Laurita Marconi. *O projeto crescendo com ginástica: uma possibilidade na escola*. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SCHIAVON, Laurita Marconi; NISTA-PICCOLO, Vilma Leni. A ginástica vai à escola. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 131-150, 2007.

SILVA, Simone Gonçalves da.; CANTARELLI, Juliana Mezomo. Justiça social e discurso neoliberal: problematizações sobre a base nacional comum curricular. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 26, n. 3, p. 777-794, 4 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v26i3.9267>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Carmen Lúcia; TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; ESCOBAR, Michele Ortega. "A educação física escolar na perspectiva do século XXI". IN: Wagner Wey Moreira (org.), *Educação física & esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores associados, 1994.

SOUZA, Elizabeth Paoliello Machado. *Ginástica geral: uma área do conhecimento da educação física*. 1997. 163 f. (Tese de doutorado) Faculdade de Educação Física, Unicamp. Campinas, 1997.

TOLEDO, Eliana de. *Proposta de conteúdos para a ginástica escolar: um paralelo com a Teoria de Coll*. 1999. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

TOLEDO, Eliana de; SILVA, Paula Cristina da Costa (org.). *Democratizando o ensino da ginástica: estudos e exemplos de sua implantação em diferentes contextos sociais*. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Recebido em: 11 set. 2022
Aprovado em: 14 dez. 2022

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a [Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0](#), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:

